

# CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

## FASCÍCULO 1

Monitoramento de  
Base Comunitária



**AMAZÔNIA**  
**2.0** Conectado  
por nossas  
florestas

# CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

## FASCÍCULO 1



**AMAZÔNIA**  
**2.0** Conectado  
por nossas  
florestas

Financiado por



União Europeia



Parceiros



**Elaboração:**

Vera Olinda Sena de Paiva  
José Frankneile Silva  
Billyshelby Felquis dos Santos  
Estevão Ribeiro  
Maria Luiza Ochoa  
Paula Lima Romualdo  
Julieta Matos Freschi

**Colaboração:**

Aldalúcia Ferreira  
Ana Cláudia Salomão

**Revisão técnica:**

Carolle Alarcon  
Karen Podvin  
Braulio Buendía

**Coordenação editorial:**

Alessandra Arantes  
Viviane Junqueira

**Adaptação pedagógica:**

Viviane Junqueira dos Santos

**Edição:**

Viviane Junqueira dos Santos  
Alessandra Arantes

**Design instrucional:**

Vivianne Amaral

**Revisão ortográfica:**

Luciana Arantes

**Projeto gráfico e editoração:**

Alessandra Arantes

**Ilustrações:**

AUÁ Mendes

**Tradução a línguas indígenas:**

Shelton Lima de Souza  
(Nuku tsaĩ do povo Jaminawa)  
Joaquim Paulo de Lima Kaxinawa  
(Hãtxa kuĩ do povo Huni kuĩ)  
Jaime Sebastião Prishico Manchineri  
(Manchineri)



# SUMÁRIO

Apresentação	5
O Projeto Amazônia 2.0	10
Você Conhece a CPI-Acre?	12
Vou te Mostrar o que é Monitoramento Territorial	14
O que é o Curso de Monitoramento Comunitário?	18
Como o Curso foi Preparado?	19
<b>Fascículo 1</b>	<b>20</b>
O que é Monitoramento de Base comunitária?	21
Tema 1 - Diagnóstico: Conheça e Entenda a Situação das Terras Indígenas Namoadate e Alto Purus e do Parque Estadual Chandless	23
Quais as Principais Ameaças Nesses Territórios?	25
Tema 2 - Monitoramento e Vigilância dos Territórios	27
Tema 3 - Diferenças entre Vigilância e Fiscalização	29
Tema 4 - Indetificando os Impactos Sobre a Terra Indígena e Unidade de Conservação	33
Tema 5 - Construção de uma Agenda para Atividades de Monitoramento	36
Tema 6 - Tecnologias Sociais para o Monitoramento Comunitário	38
Quadro de Anotações de Ocorrências do Monitoramento Comunitário que Registra os Tipos de Invasão no Território	44
Lista de Siglas	47
Referências	48
Para Saber Mais	51

## Apresentação

Somos a Associação UICN – Brasil, uma organização composta por instituições do governo e da sociedade, criada para contribuir com a conservação da natureza em todo o mundo. Somos reconhecidos por nosso trabalho e sabemos como é importante cuidar da natureza.

Temos 42 anos de existência e apoiamos os povos indígenas em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos, valorizando sua língua e cultura. Ao longo desses anos, realizamos ações educativas de gestão do meio ambiente e dos territórios. Também influenciamos a criação de políticas de educação, de saúde, gestão territorial e ambiental e cultural. Em nossa atuação, demos prioridade para formar lideranças indígenas como protagonistas de suas lutas.

Com base em nossas experiências, criamos um curso de formação de monitoramento do território para os monitores do Projeto Amazônia 2.0 no Brasil, voltado para o fortalecimento da gestão do território e das florestas nas áreas de atuação da iniciativa Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) que há mais de 20 anos se realiza no Acre.

Esta formação, realizada em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), é um dos pilares da educação indígena, para a realização de trabalhos de manejo e conservação dos recursos naturais, valorizando seus modos e culturas. Depois de formados, os agentes agroflorestais indígenas podem vigiar seus territórios e acompanhar a situação dos recursos naturais e da gestão dos ambientes das suas Terras Indígenas.



Casa dos Autores/CPI-Acre  
Foto: Leilane Marinho



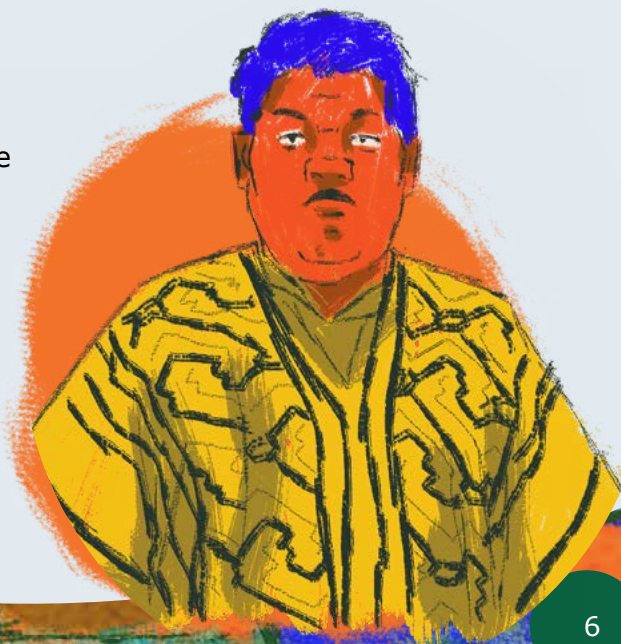
# Os personagens

Para apoiar e facilitar o aprendizado dos assuntos criamos personagens e símbolos que vão nos acompanhar durante todos os conteúdos desta cartilha. Cada um deles irá nos ajudar a entender melhor algum assunto. **Vamos conhecê-los?** Eles foram inspirados nas comunidades indígenas do Acre e estão aqui para garantir que todas as informações sejam plenamente compreendidas.



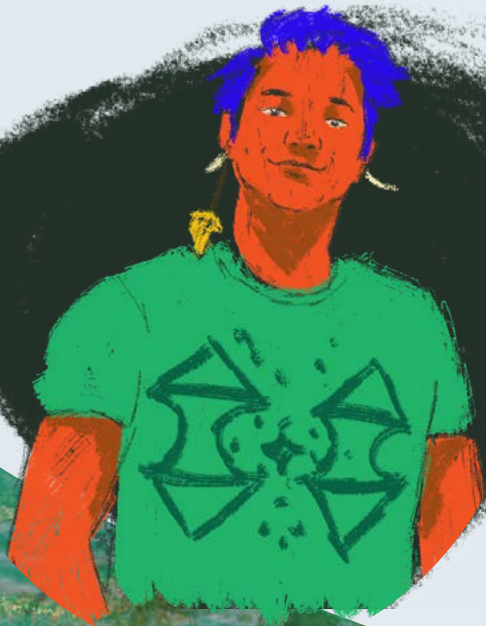
**Sirlene Huni-Kuin:** Tenho 25 anos e sou a liderança que representa os jovens estudantes na comunidade e orienta sobre questões importantes e o futuro da Terra Indígena. Também sou defensora da escola da comunidade, onde já fui professora. **Aqui na cartilha, apresento alguns temas importantes.**

**Cleumar Manchineri:** Tenho 53 anos, estou me formando como Agente Agroflorestal Indígena e conheço profundamente o território. Ajudo a preservar os conhecimentos do meu povo e da cultura indígena. **Aqui na cartilha faço perguntas e apresento informações sobre o monitoramento comunitário.**





**Jonas Kulina-Madjá:** Tenho 46 anos e sou liderança na comunidade. Tenho muito interesse em aprender mais sobre o meio ambiente e como as tecnologias ajudam a proteger o território. Sou um articulador, busco envolver a comunidade nas discussões importantes sobre a organização do território. **Aqui na cartilha chamo a atenção para os assuntos mais importantes para os povos da floresta.**



**Marcos Jaminawá:** Tenho 21 anos, sou alegre, brincalhão e gosto de estudar. Gosto muito de jogar futebol e de computadores. Estou sempre disposto a ajudar nas atividades da comunidade e tenho curiosidade em aprender novos conhecimentos, especialmente aqueles ligados à organização do território, meio ambiente e tecnologias. **Aqui na cartilha apresento os conteúdos de tecnologia e Decretos.**

**Teresa Nunes Pacaia:** Tenho 18 anos, sou curiosa, animada e tenho vontade de aprender. Quando minha irmã mais velha virou agente de saúde, isso despertou meu interesse em ajudar a melhorar a vida da comunidade. Estou iniciando minha participação na vida política, vou nas reuniões e atividades comunitárias. Sou uma das monitoras do Programa Monitora (o programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade) em que tenho aprendido sobre as questões ambientais e do território. **Aqui na cartilha faço algumas perguntas e convido os colegas a praticarem os aprendizados.**



# Quadros e caixas de destaque

Estes recursos irão te orientar e facilitar a “navegação”, deixando a leitura mais clara.

**Atente-se para eles e observe como exercem funções diferentes:**



## FIQUE ATENTO

Destaque de pontos importantes.



## VAMOS LER?

Convite à leitura de textos.



## PARA SABER MAIS

Outras referências para consulta.



## CONHECENDO AS PALAVRAS

Glossário dos termos técnicos importantes.



## SABERES INDÍGENAS

Destaque para práticas e saberes indígenas.



## APRENDER FAZENDO

Atividades de reforço dos conteúdos.

# O PROJETO AMAZÔNIA 2.0

As atividades do Amazônia 2.0 acontecem em 6 países da Amazônia: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname e seu objetivo é fortalecer modelos de governança da floresta nos territórios indígenas e comunidades rurais e tradicionais que vivem na Amazônia.

A ideia é firmar um modelo de monitoramento comunitário que tenha origem nos habitantes da floresta. Os povos da floresta dependem da gestão organizada e transparente de seus recursos para alcançar a qualidade de vida que merecem para serem cercados por uma formidável riqueza natural e cultural.

## 6 países da Amazônia

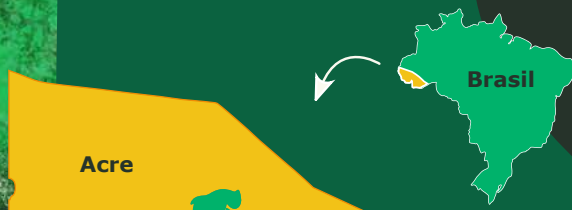
- A Equador
- B Colômbia
- C Peru
- D Guiana
- E Suriname
- F Brasil



Parque Estadual Chandless  
Foto: Sergio Garrido, UICN,  
Proyecto IAPA, 2016

No Brasil, o Amazônia 2.0 é implementado em 3 territórios

no estado do Acre, onde vivem os povos Kaxinawa, os Madijá, os Manchineri, os Jaminawa e também os ribeirinhos.



**Terra Indígena Alto Rio Purus**

Povos: Madja (Kulina) e Huni Kuin (Kaxinawá)  
50 aldeias: 25 Madja (Kulina) e 25 Huni Kuin

**Parque Estadual Chandless**

Área: 670 mil ha (correspondente a 4,23% do território do Acre)  
Pessoas beneficiadas: 67 entre adultos e crianças (11 famílias)

**Terra Indígena Mamoadate**

Povos: Manchineri e Jaminawa e um número não conhecido de indígenas isolados Mashco-Piro  
16 aldeias: 12 Manchineri e 4 Jaminawa

Juntos, os 3 territórios formam

**+ de 1 milhão de hectares de florestas.**

**0,28% dessas áreas estão desmatadas.**



## VOCÊ CONHE A CPI-ACRE?

Nós já vimos que a **Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)** sempre esteve envolvida com a educação indígena, mas em 1997 ela criou oficialmente a primeira escola de formação de indígenas: o Centro de Formação dos Povos da Floresta. O Centro é registrado como a primeira Escola de Professores Indígenas do Estado e no Brasil.

**O Centro de Formação dos Povos da Floresta tem dois currículos de formação aprovados oficialmente:**

- Proposta Curricular Bilíngue Intercultural para a Formação de Professores Indígenas do Acre.
- Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e Técnica dos Agentes Agroflorestais Indígenas (ensino médio).

**O curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas é iniciativa pioneira no Brasil indígena, como experiência de formação técnico-profissional em gestão territorial, sob a responsabilidade e a autoria de uma ONG.**

Além da formação, a CPI-Acre também oferece assistência técnica aos AAFIs, realizado e coordenado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental. O AAFI é um profissional que exerce importante função junto às suas comunidades, veja algumas:



Informa seus grupos a respeito dos assuntos do meio ambiente atuais.



Realiza projetos relacionados à outras áreas como educação, cultura, saúde e à diversificação das fontes alimentares e das alternativas econômicas.



Organiza as discussões e na implementação de práticas de manejo, uso e conservação da biodiversidade nas TIs e entorno.



Alojamento do CFPF  
Foto: Mauro Maciel

## VOU TE MOSTRAR O QUE É MONITORAMENTO TERRITORIAL

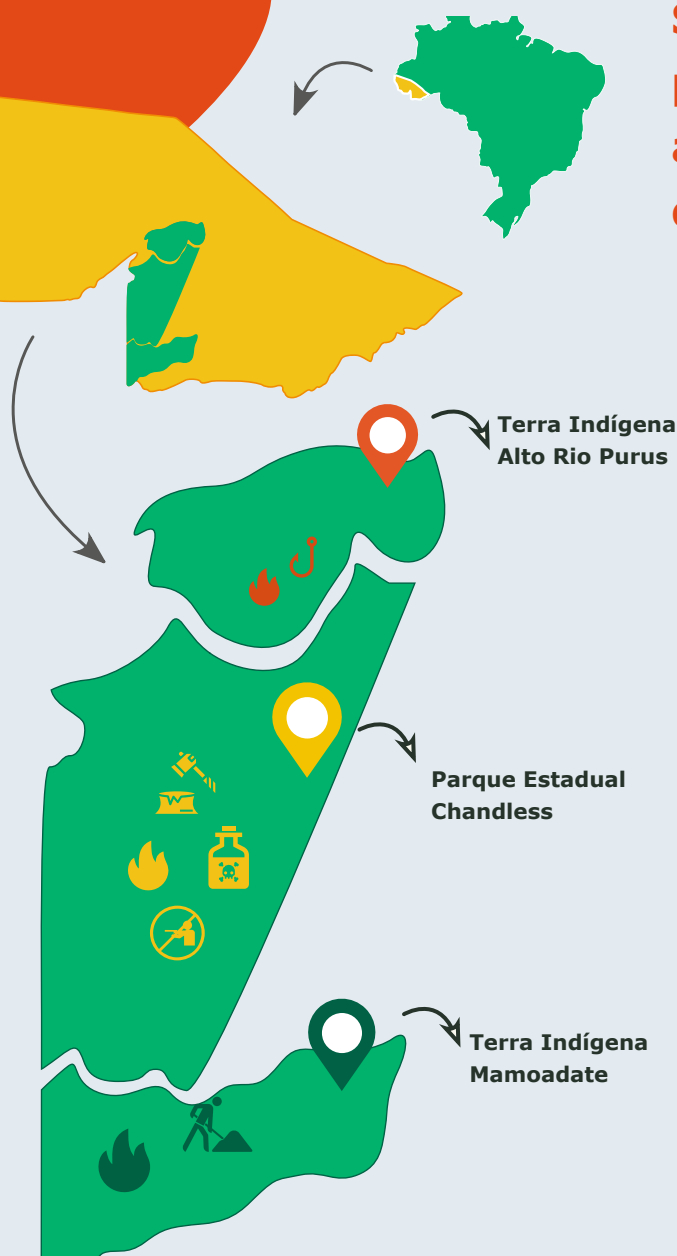
Quando queremos cuidar do território, uma das tarefas de maior desafio é a vigilância e a defesa. Embora esta seja uma tarefa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a nível estadual, ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), atualmente ela não é concretizada por estes órgãos.

Algumas terras indígenas são imensas e é fácil imaginar a dificuldade para evitar invasões e roubo de recursos da floresta como madeiras nobres, caça, pesca, entre outros.

Oficina PSA CPI  
Foto: Nilson Tuwe



## Saiba quais são as principais pressões e ameaças aos territórios do Projeto.



Queimada



Desmatamento



Caça Ilegal



Pesca Ilegal



Narcotráfico



Construção de Rodovias

### Saberes Indígenas:



*"O trabalho desse mapeamento é uma coisa muito importante. A gente tem hoje um trabalho de vigilância e fiscalização da nossa terra. (...) Com esse trabalho, a gente está fazendo esse diagnóstico geral que é uma coisa muito importante porque, a gente vai poder identificar cada ponta da nossa terra".*

FI Benki Pianko, Ashaninka.

As atividades de vigilância e fiscalização são fundamentais de serem realizadas em certas épocas do ano. Os AAFI orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais. Por ser da comunidade e ter formação, ele atua de forma rápida e com diálogo, buscando alternativas para enfrentar as invasões e seus problemas.

O AAFI age antes que as situações possam causar danos ao meio ambiente, monitorando e avaliando as condições socioambientais, em conjunto com a comunidade e instituições. O monitoramento ajuda a proteger o território e entorno para impedir as explorações ilegais de caçadores, pescadores, madeireiros, explorações florestais, transporte e comércio de plantas (biopirataria), desmatamentos e queimadas em suas terras e entorno.

“Os AAFI orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais”.

XXVI Curso de Formação  
de AAFIs / 2019  
Foto: Leilane Marinho





## Saberes indígenas:

*“Fazemos uma reunião anual que fazemos um balanço das ações que foram realizadas durante o ano relativas à pesca, caça, retirada de árvores, brocas, roçados implantados, produção de farinha (16 casas de farinha na TI) e outras variedades. Tudo isso é feito de acordo com o plano de gestão da TI Poyanawa. Outra parte do meu trabalho é a fiscalização e vigilância, monitorando caçadores e retirada de madeira” .*

AAFI José Marcondes Rosa, 2017.

Muitos dos AAFIs participaram do curso de Agente Ambiental Voluntário oferecido (AAV) pelo Ibama, e assim podem aplicar Autos de Constatação. Sempre que for constatada uma infração prevista na legislação ambiental, o AAFI poderá registrar o Auto e encaminhá-lo às Gerências Executivas do Ibama que adotarão as medidas administrativas.

O trabalho do AAFIS na vigilância e fiscalização territorial é uma ação diária, envolvendo melhorar o próprio conhecimento sobre as leis ambientais do País e a orientação de outras pessoas.

Como protagonistas de uma ação político-educacional propositiva, os AAFIs vêm contribuindo para a prática de fiscalização e vigilância dentro e também no entorno de suas terras. A mobilização dos AAFIs que vivem em TIs na faixa de fronteira tem feito a mobilização em defesa de seus territórios e dos limites da nação brasileira.



Agentes Ambientais no CDPI  
Foto: Marina Rabello



## O QUE É O CURSO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO?

A proteção territorial garante aos povos indígenas permanecerem em seus territórios, assegurando seus direitos e qualidade de vida. Assim está escrito no Artigo 231 da Constituição Federal e na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Também existem Leis que dão garantias de território aos povos indígenas, populações e comunidades tradicionais, mas devido às dificuldades na gestão pública, a floresta, a biodiversidade, as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação (UC) estão fortemente ameaçadas.

Por essa razão é fundamental que lideranças e outros comunitários sejam capazes de monitorar e conservar esse rico patrimônio, então, para proteger os territórios indígenas e tradicionais do Acre e do Brasil, o Curso de Monitoramento Territorial aqui apresentado, **foi estruturado para:**

1

Ampliar conhecimentos e facilitar a compreensão e reflexão sobre a realidade dos indígenas, dos extrativistas e dos ribeirinhos que participam do Projeto Amazônia 2.0.

2

Apresentar novas informações e tecnologias para monitorar e proteger os territórios (aplicativos, mapas, as medidas legais institucionais de garantir a proteção territorial).

## COMO O CURSO FOI PREPARADO?



Os assuntos estão organizados de forma a apresentar as realidades dos participantes das Terras Indígenas Mamoatede, e Alto Purus – povos Manxineru, Jaminawa, Huni Kui e Madija e do Parque Estadual Chandless - participantes das populações tradicionais – extrativista e ribeirinhos.

Os fascículos foram elaborados por um grupo de assessores técnicos, membros da CPI-Acre, com diferentes experiências e formação profissional (geógrafos, antropólogos, biólogas, zootecnista, engenheiro florestal, professora, gestor ambiental) e refletem diferentes formações e experiências no planejamento e avaliação das aulas.

**O curso foi dividido em três fascículos e cada um deles está organizado da seguinte forma:**



### **FASCÍCULO 1**

Monitoramento de Base Comunitária



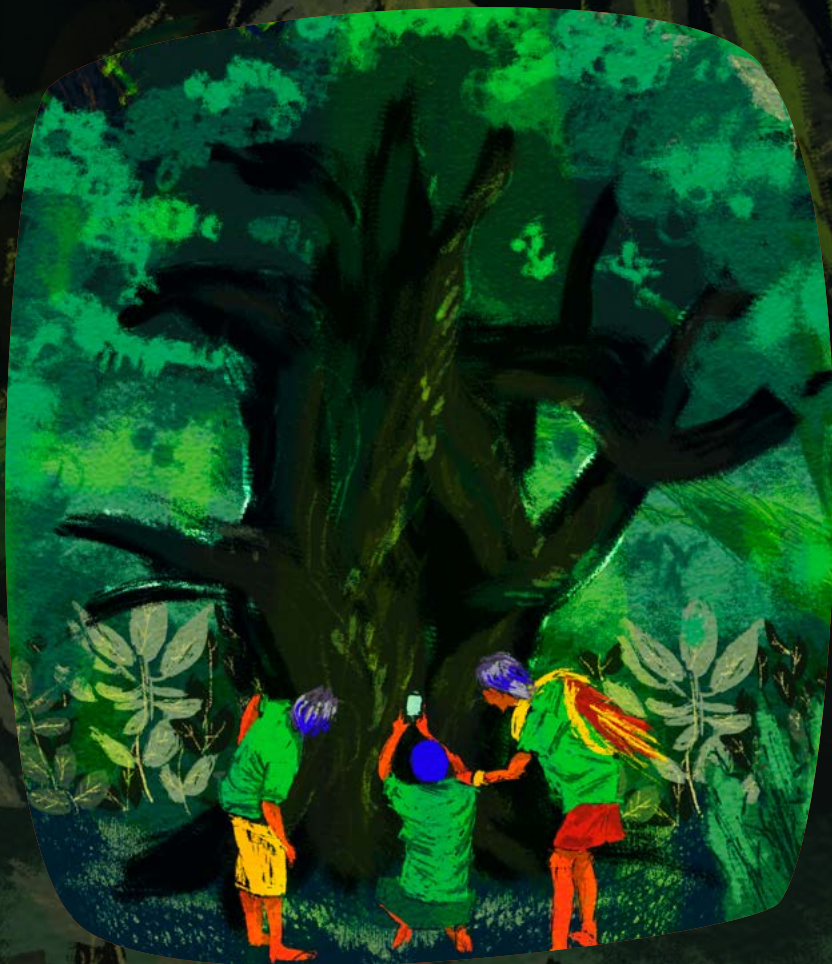
### **FASCÍCULO 2**

Governança e Gestão do Meio Ambiente e do Território



### **FASCÍCULO 3**

Educação Ambiental



# FASCÍCULO 1

## MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

Esse fascículo foca no planejamento e definição de estratégias comunitárias para proteger o território, nas ações comunitárias e influenciando para que o Estado cumpra sua obrigação de fiscalizar.

Aqui vamos aprender sobre como fazer um Diagnóstico; como é o monitoramento e a vigilância dos territórios; quais as diferenças entre vigilância e fiscalização; quais os impactos sobre a Terra Indígena e a Unidade de Conservação; como construir uma agenda para atividades de monitoramento e conhecer as tecnologias sociais para o realizar o monitoramento comunitário.



## O QUE É MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA?

É quando a gestão do meio ambiente e do território são feitas pelas comunidades indígenas e não-indígenas. Com a participação da comunidade, são elaborados documentos e planos onde estão presentes o planejamento e as estratégias para a gestão, conservação, uso dos recursos, bem como a proteção dos territórios.

Todas as ações são discutidas, pensadas e refletidas nos documentos e planejamentos, elas falam das nossas preocupações diante das várias ameaças e pressões ao meio ambiente e ao território. Por esta razão, os planos servem de consulta para as políticas públicas voltadas às áreas protegidas e seus povos (indígenas e não indígenas). Os planos dão suporte ao governo e às organizações no reconhecimento das necessidades, orientando a organização no suporte técnico e financeiro para atender às demandas das comunidades, incluindo as ações de monitoramento dos territórios.

Os cursos são preparados com base nas reflexões e discussões dos indígenas e ribeirinhos sobre as estratégias e a gestão do monitoramento nas comunidades e os conteúdos ajudam na construção de ações para fortalecer a gestão do meio ambiente e dos territórios.

“Aprender sobre o monitoramento comunitário fortalece as capacidades dos povos da floresta para proteger seus territórios”.

## Aonde queremos chegar?

Queremos desenvolver capacidades técnicas e organizacionais para ações de proteção e gestão do meio ambiente, das Terras indígenas e das Unidades de Conservação do Acre, nas áreas do projeto Amazônia 2.0, para realizar o monitoramento comunitário.

Também pretendemos definir estratégias de monitoramento para fortalecer as iniciativas coordenadas pelos indígenas e não indígenas, com o uso de tecnologias sociais e geotecnologia, para registrar e mapear a situação do território e do entorno.

Também pretendemos definir estratégias de monitoramento para fortalecer as iniciativas coordenadas pelos indígenas e não indígenas, com o uso de tecnologias sociais e geotecnologia, para registrar e mapear a situação do território e do entorno.



Encontro de  
Mulheres Indígenas  
Foto: Dante Novaes

## O que vamos aprender aqui?

- ▶ Fazer um diagnóstico;
- ▶ Monitorar e vigiar os territórios;
- ▶ Entender as diferenças entre vigilância e fiscalização;
- ▶ Identificar os impactos sobre a Terra Indígena e a Unidade de Conservação;
- ▶ Construir uma agenda para atividades de monitoramento;
- ▶ Utilizar as tecnologias sociais para o monitoramento comunitário.



# TEMA 1 – DIAGNÓSTICO CONHEÇA E ENTENDA AS SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS MAMOADATE E ALTO PURUS E DO PARQUE ESTADUAL CHANDLESS



O diagnóstico é uma forma de observação para podermos entender melhor a situação dos territórios. O Projeto Amazônia 2.0 fez um diagnóstico de três territórios para fortalecer as ações locais de proteção. Muitas dessas ações já são feitas pelos seus moradores: os povos indígenas e não indígenas. Nas próximas páginas vamos conhecer cada território, quem são seus habitantes e a região onde estão.

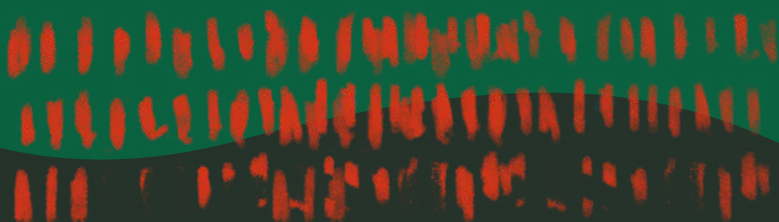
## Terra Indígena Alto Rio Purus

**263.129 hectares (ha) - 1.871 pessoas**

**Povos:** Huni Kuĩ, das famílias linguísticas Pano Madija e Arawa.

**Aldeias:** 44 - 21 Madija e 23 Huni Kuĩ.

**Fronteiras:** Ao sul com o Projeto de Assentamento Santa Rosa do Purus, Parque Estadual Chandless e Reserva Extrativista Cazumbá Iracema. Ao norte com seringais, fazendas e colocações localizadas nas margens do rio Purus nos municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano.





## Parque Estadual Chandless

**695 mil hectares - cerca de 60 pessoas. É uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, cujo órgão gestor é a SEMA-AC.**

**Habitantes:** 12 famílias com significativa expressão e diversidade cultural, pois são descendentes de indígenas, peruanos e nordestinos.

**Municípios:** Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira.

**Fronteiras:** Ao norte a Terra Indígena Alto Rio Purus; ao sul a Terra Indígena Mamoadate; a oeste se limita com o Peru, onde se localizam as áreas de proteção peruanas: Parque Nacional Alto Purus e Reserva Comunal Purus e ao leste, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

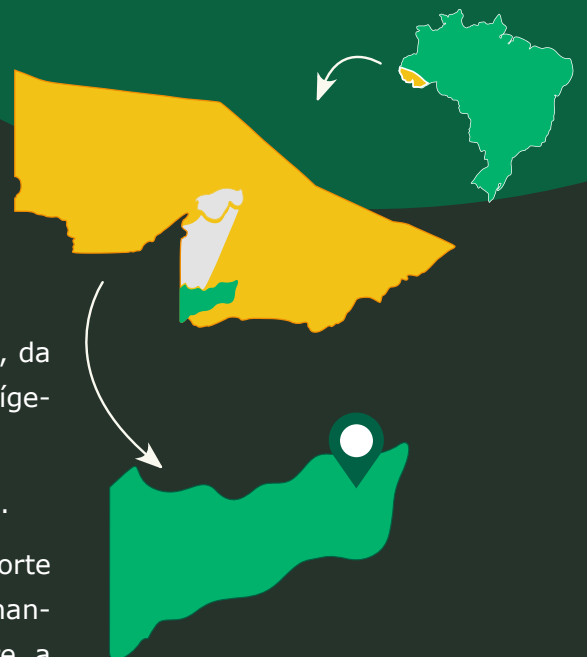
## Terra Indígena Mamoadate e seu entorno

**314.647 hectares - 1291 pessoas**

**Povos:** Jaminawa, da família linguística Pano e Manxineru, da família linguística Aruak, além da presença dos povos indígenas isolados (Mashco Piro).

**Aldeias:** 16 - 12 do Povo Manxineru e 4 do Povo Jaminawa.

**Fronteiras:** Faz fronteira com o sul do Estado do Acre e norte do Peru. Também está no limite com o Parque Estadual Chandless, ao norte, com a Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, a sudeste, com a Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, a leste, e com a Estação Ecológica do Rio Acre, ao sul.



## QUAIS AS PRINCIPAIS AMEAÇAS NESSES TERRITÓRIOS?



Abertura de uma estrada de 270 km de extensão, que liga as cidades peruanas de Iñapari e Puerto Esperanza, localizada exatamente na fronteira do Brasil com Peru.

Fazendas vizinhas, ligadas diretamente com a gradativa escassez de caça e pesca, e a degradação de rios e igarapés.

Abertura de ramais para exploração da madeira, com impactos em áreas de manejo e uso tradicionais, além da circulação de pessoas estranhas são algumas ameaças ao território.

Além disso, outras ameaças constantes fazem parte do dia a dia da comunidade, como podemos ver no quadro abaixo:



Queimada



Pesca Ilegal



Desmatamento



Narcotráfico



Caça Ilegal



Construção de Rodovias



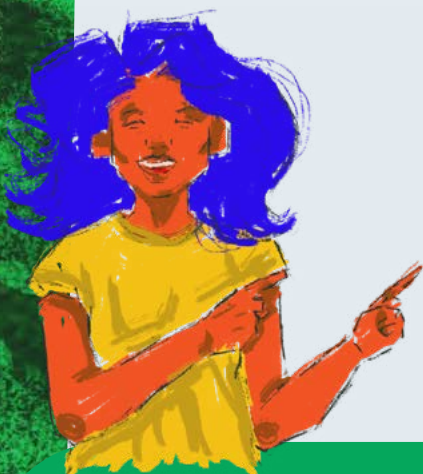
### Conhecendo as palavras:

O **diagnóstico** é o que o Pajé faz com seus pacientes, para saber os sintomas da doença, os remédios e tratamento que serão usados para a cura. Da mesma forma, quando olhamos para nosso território, observamos como estão as matas, os animais de caça, a pesca e se existe algum tipo de invasão ou outras ameaças como ramais ou estradas que podem afetar nossa qualidade de vida e cultura.

### Aprender fazendo:



Vamos fazer uma lista contando quais as principais ameaças ao seu território e como a comunidade vem trabalhando para evitar essas ameaças.



### Saberes Indígenas

*"Aqui tem quase todas as caças, mas tá difícil caçar, porque às vezes os meninos vão e não matam nada, tá mais escasso, né? A gente aqui come mais é macaco, capelão, macaco-prego, cutia, cutiara. Faz a caçada por família, não reparte não. Aquilo é só para o consumo e é só para família. Por acaso, você mata uma cutia só dá para aquela família, se você tem 3, 4 filhos, é só para consumo mesmo da família. Agora quando mata uma caça grande, aí divide, um pedacinho pra aqui e pra acolá, um porco ou uma anta, por exemplo. Aí não estraga. A gente aproveita tudo. E aí, a tripa a gente escorre e faz uma sopa com milho e com amendoim, fica muito gostoso. Às vezes é a tripa de anta, veado, caça grande".*

Sr. Mário Kaxinawa, Terra Indígena Alto Rio Purus.

## TEMA 2 - MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA DOS TERRITÓRIOS

O ponto de partida quando falamos sobre Monitoramento e Vigilância nos territórios é a compreensão das palavras-chaves como vigilância e monitoramento.

**Vamos entender?**



**Vamos ler**

### **Vigilância e Monitoramento da Terra Indígena**

A nossa terra é rodeada por diferentes áreas, como Estação Ecológica do Rio Acre, a Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre, fazendas de pecuária e uma grande faixa de limite com o Peru. Já houve invasões na Terra Indígena Mamoadate, mas estamos atentos e iremos trabalhar em parceria para sua proteção.

Estamos planejando realizar o monitoramento permanente de nossa terra, tanto no inverno, como no verão, subindo o rio e percorrendo os limites das picadas. A reabertura de picadas vai ajudar na vigilância para saber como anda o tráfico de drogas, o roubo de fauna, flora e principalmente madeira. Durante as atividades de reavivamento de limites, queremos contar com o apoio de um helicóptero para casos de emergência. Esta atividade será conjunta, envolvendo os Jaminawa e os Manchineri.

**Para proteger nosso território da invasão de narcotraficantes, madeireiros, pescadores ilegais e caçadores, resolvemos:**



**1** Buscar parcerias com a polícia federal, o exército, IBAMA, IMAC e outros órgãos competentes.

1

**2** Plantar madeira de lei (mogno, cedro, cerejeira) para servir de marco verde para os limites da Terra Indígena Mamoadate.

2

**3** Criar um calendário anual de vigilância e monitoramento da nossa terra indígena, em que iremos alternar os meses de atividade entre parentes Manchineri e Jaminawa.

3

**4** Formar nossos agentes de vigilância.

4

**5** Reabrir picadas de demarcação da Terra Indígena Mamoadate.

5

**6** Entregar às autoridades competentes todos os invasores ilegais que estão ameaçando nossa floresta.

6



### **Aprender fazendo:**

Vamos ler o depoimento e discutir para começarmos a entender o que é monitoramento do território. Vamos responder a pergunta:

### **O que é monitorar a Terra Indígena?**

### **Saberes Indígenas**



*"Monitoramento é uma pesquisa que a gente faz para saber como está a situação dos recursos naturais na T.I., para ver se a comunidade está trabalhando ou está destruindo, se está manejando ou está queimando muito, ou está poluindo muito. Temos que fazer monitoramento todos os anos, não pode fazer só uma vez, tem que trabalhar junto com a comunidade, fazer pesquisa na mata, ou nos rios, lagos, igarapés, roçados, caçada, pescaria, ou na fiscalização da terra. A reabertura de picadas vai ajudar na vigilância para saber como anda o tráfico de drogas, o roubo de fauna, flora e principalmente madeira."*

AAFI Josimar Pinheiro Sales, TI Kaxinawá do Seringal Independência.

## **TEMA 3 – DIFERENÇAS ENTRE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO**

Quem protege a Terra Indígena? Quem protege a Unidade de Conservação? Como são as ações de proteção, e quem tem o direito de usufruir a terra?

## Saberes indígenas:



*"Vou falar de vigilância e fiscalização. Vigilância somos nós que fazemos, pois na nossa casa quando cai uma parede temos que ir procurar arrumar. Fiscalização quem faz é o IBAMA e Polícia Federal, ICMBio. Nós, Manchineri, fazemos o papel da Polícia Federal, pois às vezes prendemos narcotraficantes."*

Professor Lucas Manchineri, Aldeia Extrema.

De acordo com a Constituição Federal, todos os brasileiros têm direito a usufruir de um meio ambiente equilibrado e que qualquer pessoa pode ajudar na sua proteção. Essa ação é coletiva, assim como o direito à qualidade de vida é um direito para todos. Na Terra Indígena, os povos indígenas podem e devem fazer a vigilância da terra, e informar aos órgãos do governo. A vigilância é feita pelos indígenas e o Governo se responsabiliza pela fiscalização.

### **Formas de proteção da Terra Indígena e Unidades de Conservação:**

#### **1. Vigilância**

A vigilância é uma ação para cuidar e é feita pelas entidades fiscalizadoras, mas também pelas comunidades envolvidas, que passam a colaborar na vigilância de entrada de pessoas estranhas dentro da Terra Indígena e também podem fazer a vigilância dos limites de sua terra.

#### **2. Fiscalização**

A fiscalização é uma ação com poder de polícia, que aplica as leis, através dos órgãos públicos como o IBAMA, FUNAI, IMAC e INCRA. A fiscalização acontece quando uma lei é desrespeitada e é feita pelas Forças Armadas (Exército), Polícia Federal e outros órgãos que possam realizar a ação de fiscalização.

## Vamos ler



### **DECRETO N.º 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012**

Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI e dá outras providências.

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º São diretrizes da PNGATI:

VI – Proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas;

VII – Proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato;

X – Reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas.



Art. 4º Os objetivos específicos da PNGATI, estruturados em eixos, são:

**I – Eixo 1 – Proteção territorial e dos recursos naturais:**

- a) promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das terras indígenas e seus limites;
- b) promover a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas nas ações de proteção ambiental e territorial das terras indígenas, respeitado o exercício de poder de polícia dos órgãos e entidades públicos competentes;
- c) contribuir para a proteção dos recursos naturais das terras indígenas em processo de delimitação, por meio de ações de prevenção e de defesa ambiental pelos órgãos e entidades públicos competentes, em conjunto com os povos, comunidades e organizações indígenas;
- d) promover a elaboração, sistematização e divulgação de informações sobre a situação ambiental das terras indígenas, com a participação dos povos indígenas.



**Aprender fazendo:**

Vamos encontrar no texto que lemos onde podemos reconhecer a importância da proteção territorial e a participação indígena nessa proteção? Faça uma anotação dos pontos importantes.



## TEMA 4 – IDENTIFICANDO OS IMPACTOS SOBRE A TERRA INDÍGENA E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



A construção de estradas é dita como obra positiva, que traz benefícios para as comunidades e os povos indígenas. Porém os interesses para abertura de uma estrada são uma ameaça às comunidades e só atendem aos madeireiros, às empresas de exploração de petróleo, garimpo, etc., provocando destruição na floresta, na biodiversidade e para os povos da floresta.

As invasões afetam os moradores que se localizam próximas ou ligadas à fronteira pelos seus limites. No Acre, grande parte dos rios são binacionais, e os projetos de Estado não têm preocupação com riscos ao meio ambiente e os povos. Quando pensamos e dialogamos a respeito dos impactos, ameaças, entre outras pressões sobre a Terra Indígena, Unidades de Conservação e seu entorno, podemos observar quais os desafios para a gestão dos territórios que os povos indígenas terão no futuro, mas também podemos perceber as dificuldades que os povos da floresta vivenciam.

### Saberes indígenas:



*"O monitoramento possibilita reconhecer preocupações como a entrada de madeireiros e narcotraficantes, a abertura de ramais na Terra Indígena. O povo Manxineru e o povo Jaminawa participam da 'fiscalização' da Terra Indígena. Tanto adultos como crianças estão cientes de seu papel de 'fiscais' do seu próprio território. É preciso firmar parcerias com a FUNAI, CPI-Acre e ICMBIO, receber materiais necessários para realizar a fiscalização e vigilância. Precisamos obter materiais como: bote de alumínio, motor, combustível e outros. A fiscalização ocorreria duas vezes por ano, uma no início e a outra no final de ano. Na visita de monitoramento também dá para fazer a fiscalização do ramal."*

Prof. Sebastião Jaminawa, Aldeia Boca do Mamoadate.

Quando dialogamos sobre as ameaças e outras pressões sobre a Terra Indígena, Unidades de Conservação e seu entorno, podemos observar os desafios para a gestão dos territórios no futuro e também perceber as dificuldades que os povos da floresta vivenciam.



### Fique atento:



Na T.I Alto Purus há **conflitos socioambientais** que envolvem os Madija e os Huni Kuĩ. As principais questões são de invasão de pesca, caça, extração de madeira, biopirataria e entrada de álcool em algumas aldeias.

### Algumas discussões merecem destaque:

- a) Troca de álcool por peixe nas aldeias Madija próximas a Manoel Urbano;
- b) Troca de álcool por peixe das aldeias Paxiúba e Marowana, próximas a Santa Rosa do Purus;

A venda ilegal de álcool dentro da Terra Indígena não é recente, conforme consta em relatos e relatórios (Revisão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente elaborados pelo indigenista José Batista Macêdo e pelo antropólogo Marcos Pellegrini).

- c) Pesca ilegal por moradores de fora da Terra Indígena;
- d) Foram mencionados dois casos de biopirataria referente ao kampô, especialmente nas aldeias Nova Família, Nova Aliança e Nova Jericó;
- e) Caçadas com cachorros. Os animais são levados por representantes da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rosa do Purus;
- f) Forte presença de evangélicos nesta Terra Indígena, fruto das missões vindas da faixa de fronteira peruana.

## Ameaças Derivadas da Ocorrência de Espécies Madeireiras no Parque Estadual Chandless

Na face noroeste do PEC, que fica na área de influência da cidade de Santa Rosa do Purus, as ameaças à integridade da vegetação da UC são grandes em razão da ocorrência de um grande número de espécies com potencial de exploração madeireira. Nesta região, durante a segunda etapa de campo da Avaliação Ecológica Rápida (AER), uma caminhada de 1km na trilha 5 revelou a ocorrência de 11 indivíduos de cerejeira *Amburana cearensis*, uma das espécies madeireiras mais exploradas no Acre. O acesso à referida trilha é feito por meio de uma estrada com cerca de 18 km de extensão que liga a cidade de Santa Rosa e as propriedades agrícolas do projeto de assentamento do INCRA que fica adjacente à área do PE Chandless. Considerando que no momento não existe vigilância ou qualquer outra ação de monitoramento naquela região, os riscos da retirada ilegal de madeira dentro da UC são muito grandes.



### Aprender fazendo:

**Vamos fazer uma discussão e depois uma lista comparando a situação do Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas, pensando em estratégias e parcerias para proteção do território?**

Uma ideia, por exemplo, seria propor um diálogo com a SEMA-AC, convidando os representantes do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Peru (Sernanp) para discutir a situação do Parque Chandless, falando sobre a proteção da biodiversidade, legislação ambiental e ações de gestão integrada de seus moradores e vizinhos.

## TEMA 5 – CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA PARA ATIVIDADES DE MONITORAMENTO



**Nesse tema vamos aprender a organizar as estratégias de monitoramento e sistematizá-las.**

Para pensar as estratégias é importante definir as ações, os responsáveis, a como as ações vão ocorrer, o que será preciso para que elas aconteçam. Outro ponto fundamental é saber onde o(s) povo(s) indígena(s) e ribeirinhos vão monitorar, levando em consideração os locais que já estão ameaçados ou sofrem pressão.

Para o sucesso da atividade, os indígenas e comunitários precisam mobilizar e informar suas comunidades a ação de monitoramento. Todas as estratégias devem ser pensadas tomando o Plano de Gestão Territorial e Ambiental ou Plano de Manejo como orientador. No diálogo com as comunidades é preciso definir o que será feito e quem pode participar.

Com a prática de pensar as estratégias também é preciso monitorar e acompanhar informações e leis a respeito de projetos e empreendimentos, que podem surgir e ameaçam estes territórios.



### **Saberes indígenas:**

*"O trabalho tem que ser unido, os dois povos (Manchineri e Jaminawa), isso foi importante. O trabalho para o monitoramento, pensamos, da aldeia Laranjeira para baixo, os Jaminawa realizam, e para cima é o Manxineru que vai fazer."*

AAFI Francisco Benjamim, Aldeia Senegal.



### **Aprender fazendo:**

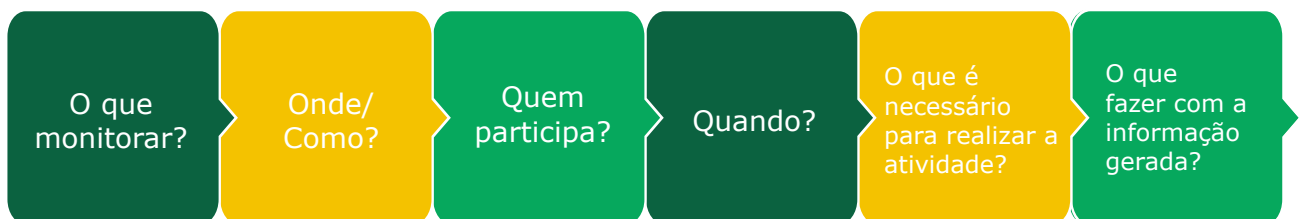
Vamos conversar com nossos colegas com as seguintes perguntas:

#### **Descreva as AMEAÇAS para serem monitoradas:**

- 1 - Qual o nome da Terra Indígena ou Unidade de Conservação que você está monitorando?
- 2 - Qual tipo de ameaça você viu?
- 3 - Escreva o que você viu.



Depois desse exercício vamos organizar os primeiros passos do monitoramento do nosso território? **Vamos usar o modelo abaixo:**





## TEMA 6 – TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O MONITORAMENTO COMUNITÁRIO

As atividades de monitoramento incluem o uso de tecnologias e ferramentas que possibilitam a geração de informações qualificadas sobre as diferentes pressões em seus territórios.

**Conheça algumas tecnologias que são utilizadas para monitoramento das Terras Indígenas e Unidades de Conservação:**



**Monitoramento remoto com uso de imagens de satélites** - São técnicas e procedimentos tecnológicos ajudam na representação e coleta de dados da superfície terrestre sem a necessidade de um contato direto. São feito por meio de imagens de satélites, e por meio dessa tecnologia são feitos mapas temáticos de diferentes escalas e conteúdos.



**Uso de GPS** - GPS é uma sigla que significa Sistema de Posicionamento Global. Um pequeno aparelho de navegação que permite encontrar localizações geográficas em qualquer lugar da superfície terrestre e em qualquer hora do dia.



**Uso de celular** - É um aparelho de comunicação por onda eletromagnéticas que permite a transmissão voz e dados de quem recebe e de quem envia. Os celulares funcionam a partir de uma torre que permite a transmissão e o envio de sinal (voz e dados). Nele podem ser utilizados aplicativos de registro de dados, imagens e outras informações.



**Uso de drones** - É um veículo aéreo não tripulado direcionado por controle remoto. Eles podem ser utilizados para monitoramento de fronteiras, estradas e florestas, fazendo fotografia e muito mais.



**Mapas temáticos das terras indígenas:** Os mapas temáticos apresentam as famílias linguísticas da região, etnias, classe de solo, povoados, aldeias e paisagens florestais, locais de importância para a comunidade.



**Diário de trabalho do agente agroflorestal:** O Diário de Trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) é um caderno que vai mostrar como o agente agroflorestal faz o seu trabalho em terra indígena. Nele, o AAFI faz o registros do cotidiano do trabalho que ele realiza na sua aldeia e TI.



### Saberes indígenas:

*"Nós, povos indígenas temos que estar acompanhando a tecnologia dos nawá, a nossa tecnologia a gente tira a direção do sol, tem várias tecnologias dos povos indígenas, de como eles trabalhavam, por exemplo, o povo morava dentro da Terra Indígena o uso da madeira que não podia derrubar e que tinham os igarapés, não podia estar brocando, então eles escolhiam, onde tinha medicina naquele local eles não podia estar cortando. Tudo isso era o mapeamento dos ancestrais que passavam e hoje a tecnologia está se avançando e aparecendo vários materiais para facilitar a proteção da própria Terra Indígena. Hoje a internet é uma arma muito fácil e também é uma arma muito perigosa, como ela dá, ela também pode tirar, então dentro disso existem dois lados, existe um lado bom e existe um lado ruim da internet. Visando para o lado bom da nossa Terra Indígena, nós temos um telefone, por exemplo: eu tenho um telefone e gosto de mexer em vários aplicativos, Por quê? Para mim, pode se adaptar dentro dos movimentos, como estar acompanhando também, porque nós temos que começar a se destacar.*

AAFI Marcos da Silva, TI Katukina Kaxinawá, 2019.



### **Aprender fazendo:**

Das várias tecnologias que descrevemos aqui. Quais você já utilizou ou já teve contato? Conte como foi sua experiência. Quais tecnologias estão mais presentes na sua comunidade?

### **Pontos importantes para organizar uma agenda de atividades para o monitoramento comunitário:**

- Planejar as atividades e logística com a equipe formada e montar da agenda de atividades para o monitoramento.
- Definir períodos anuais que serão realizadas as expedições de monitoramento, dividido por grupos de aldeias, comunidades ou equipes, escolhidas de acordo com os critérios da comunidade.
- Sistematizar as informações geradas em campo por AAFIs, lideranças, mulheres, jovens e demais, (tipos e quantidades, origens e níveis - desde simples invasões de caçadores a projetos de governo com empreendimentos de obras como barragens, estradas etc.).



**Você sabia que além de celulares com aplicativos, existem outras ferramentas de registro que podem ser utilizadas?**

**Vou te mostrar.**



- **Mapas temáticos em escalas de 1:1.000.000 a 1:50.000:** Solicitados desde o planejamento das ações, é uma ferramenta muito utilizada a tomada de decisões e estratégias.
- **Relatos avulsos:** Ocorrem quando o contato realizado entre os AAFIs, monitores e assessores técnicos reportam informações e orientam as ações, respectivamente.
- **Diário de trabalho do AAFI:** Apresenta as ações e trabalhos realizados pelo AAFI, bem como apoia no registro no registro das atividades e informações sobre o monitoramento de sua Terra Indígena.
- **Relatórios anuais e dados do Instituto nacional de pesquisas espaciais (INPE):** Anualmente reporta dados do desmatamento em que é possível verificar o desmatamento nos territórios indígenas e seus entornos. Esta informação chega aos indígenas em forma de mapas e tabelas.

## Outras orientações para que haja um acompanhamento e registro de dados mais eficazes

- **Orientar os indígenas e comunitários, considerados o foco da comunicação:** para um envio sistemático das atividades realizadas e coleta das informações relacionadas às invasões, desmatamento/queimadas e/ou relatos de outras pressões sofridas nos limites da Terra Indígena ou Unidade de Conservação.
- **Para os indígenas e ribeirinhos que já estão com celulares/aplicativos de monitoramento, sempre lembrar sobre a segurança e cuidados necessários na utilização do equipamento** (é recomendado o uso prudente e cuidadoso). Caso tenham realizado registros com celular, devem aguardar o período necessário para enviar as informações. Contudo, esses registros devem ser colocados em caderno como memória (diário de trabalho do AAFI), e nas datas combinadas para a comunicação os registros são repassados.
- Um roteiro também deve ser seguido para a coleta dos dados de monitoramento. Para as terras indígenas em que há a presença de povos indígenas em isolamento voluntário também foram elaboradas perguntas para orientar o registro da informação.





### Fique atento!

Para uma grande parcela dos indígenas os equipamentos, ferramentas e as ações para o monitoramento são novidades (como smartphones e aplicativos).

Por outro lado, há uma riquíssima troca de experiências entre os povos indígenas e ribeirinhos, e entre eles com os mediadores/assessores técnicos, o que contribui para a construção de conceitos que integram conhecimentos tradicionais e não-tradicionais, com técnicas e tecnologias que fortalecem suas estratégias de monitoramento.

As práticas e exercícios realizados pelos participantes, ao sistematizar uma agenda de monitoramento para proteção de seus territórios, conversa com os interesses de suas comunidades para consolidar ações que resultem em diálogos com o poder público. As articulações dos povos indígenas e ribeirinhos devem ser acompanhadas desde o início dos processos formativos, pois fortalece as estratégias e as políticas para a gestão do território e do meio ambiente.

“O conhecimento adquirido durante os processos formativos dá condições aos monitores para tomada de decisões e definições de estratégias de monitoramento com o objetivo de ter influência tanto interna quanto externa para a proteção do território”.





## Quadro de anotações de ocorrências do monitoramento comunitário que registra os tipos de invasão no território:

Anote em uma folha ou caderno, as informações abaixo e as utilize para seu monitoramento.

### CAÇADAS

1. Onde foi? (referência/Local)
2. Quando ocorreu? (ou referência próxima de tempo)
3. Ocorre com que frequência? (1 vez por mês, duas vezes etc.)
4. Quem invade? (vizinhos do entorno? Identificação do responsável, se souber)
5. O que encontrou? (vestígios – acampamentos, rastros etc.)

### RETIRADA DE MADEIRA

1. Onde foi? (referência/local)
2. Quando ocorreu? (ou referência próxima de tempo)
3. Como ficou sabendo ou quem informou?
4. Ocorre com que frequência? (1 vez por mês, duas vezes etc.)
5. Quem invade? (vizinhos do entorno? Conhece o responsável?)
6. O que encontrou? (vestígios – acampamentos, rastros etc.)
7. Que tipo de madeira foi derrubada?



## PESCA

1. Onde foi ?(referência/local)
2. Quando ocorreu? (ou referência próxima de tempo)
3. Ocorre com que frequência? (1 vez por mês, duas vezes etc.)
4. Quem invade? (vizinhos do entorno? Identificação do responsável, se souber)
5. O que encontrou? (vestígios – acampamentos, rastros etc.)

## OUTROS ILÍCITOS

1. Onde foi? (referência/local)
2. Quando ocorreu? (ou referência próxima de tempo)
3. Como ficou sabendo ou quem informou?
4. Ocorre com que frequência? (1 vez por mês, duas vezes etc.)
5. O que encontrou? (vestígios – acampamentos, rastros etc.)



## ÍNDIOS ISOLADOS

### Avistamento

1. Quem avistou?
2. Em que situação? (em momentos de caçadas, excursões etc.)
3. Onde?
4. Quando foi? (referência aproximada de tempo)

## VESTÍGIOS

1. Quem encontrou?
2. Em que situação? (em momentos de caçadas, excursões etc.)
3. O que foi encontrado? (rastros, malocas, etc.)
4. Onde?
5. Quando foi? (referência aproximada de tempo)

## LISTA DE SIGLAS

**AAFI** – Agente Agroflorestal Indígena

**AER** – Avaliação Ecológica Rápida

**AISAN** – Agente Indígena de Saneamento

**AIS** – Agente Indígena de Saúde

**AMAAIAC** – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

**ASAREAJ** – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

**CONDISE** – Conselho Distrital de Saúde Indígena

**CEB** – Comunidades Eclesiais de Base

**CFPF** – Centro de Formação dos Povos da Floresta

**CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

**CNS** – Conselho Nacional de Seringueiros, atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas

**CPI – Acre** – Comissão Pró Índio do Acre

**CPF** – Cadastro de Pessoas Físicas

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no Acre (CONTAG)

**CORINES** – Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar

**DSEI** – Distrito Sanitário Especial Indígena

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IMAC** – Instituto de Meio Ambiente do Acre

**MPF** – Ministério Público Federal

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPIRE** – Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira

**OPIRJ** – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá

**OPITARJ** – Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão

**PGTA** – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

**PNGATI** – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

**RG** – Registro Geral

**SEFAZ** – Secretaria de Estado da Fazenda

**SEMA** – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

**SERNANP** – Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Peru

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**TI** – Terra Indígena

**UNI** – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI).

**UICN** – União Internacional para a Conservação da Natureza



## REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus**. CPI-Acre, 2016, p. 23.

ALMEIDA, Mauro Barbosa **W. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 11 /12/2020.

BRASIL, **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35** que disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do Perfil da Família Beneficiária, de 27 de dezembro de 2013.

Brasil. 2012. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI**, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)>. Acessado em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Maria Emília. **Relatório da Reunião de socialização de informação e trabalho de campo da "Capacitação sobre Governança em Áreas Protegidas"** no Parque Estadual Chandless. 2018.

COMANDULLI, Carolina Schneider. **Entrevista com Ashaninka Francisco Piyãko, uma das lideranças da Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTX**. BRASILIANA- Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016). ISSN 2245-4373.

CPI-ACRE. **Aprendendo com a Natureza e Conservando Nossos Conhecimentos Culturais**. CPI-Acre, 2006.

CPI-ACRE. **Discutindo problemas, pensando Soluções**. CPI-Acre, 2007.

CPI-ACRE. **Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2016, p. 79.

CPI-ACRE. **Nossa Biodiversidade, Nossa Vida**. CPI-Acre, 2017.

CPI-ACRE. 2020. **Povos e Terras Indígenas do Acre. Rio Branco – AC**. Disponível em: <http://cpiacre.org.br/conteudo/povos-e-terras-indigenas/> .

CPI-ACRE. **Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2015.



CPI-ACRE. **Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas.** CPI-Acre, 2020.

CPI-ACRE. **Relatório do X Curso de Formação de AAFIs.** CPI-Acre, 2004.

FOREST TREND. **Governança Territorial Indígena na América Latina,** 2016.

KAXINAWA, M. Edson; KAXINAWA Ixã; e KAXINAWA S. Ibã Isaias. **Índios no Acre: História e Organização.** Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC Acre 2002).

GAVAZZI. Renato Antonio. **Contribuição dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre para o Equilíbrio do Clima.** AMAAIAC, Rio Branco, 2018.

GUAJAJARA, Sonia. **Entrevistas – Sonia Guajajara. Rede TVT,** 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=QWPVOrlhfs&t=918s>

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas.** Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf)>. Acesso em: nov. 2016.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e funcionamento.** 2009.

PEREIRA, Luis Fernando. **Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil.** Rio de Janeiro, Museu do Índio/IEPÉ/FNMA/MMA. 2010, 1ª reimpressão, 2014.

PINEDO, Maria Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do Município do Jordão,** 2018.

POVO MANXINERU. **Protocolo de Consulta dos Povos Jaminawa e Manxineru da Terra Indígena Mamoadate,** 2019. Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre).

RAMALHO, M., Ana Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Relatório Descritivo de Viagem de Assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão Baixo Rio Jordão,** 2015.

Rede de Cooperação Alternativa, **Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira-os percursos da RCA.** RCA. 2013.

RIBEIRO F. Estevão. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI- Acre). **Relatório Gestão Territorial e Ambiental Integrada das ANPs de Assis Brasil: Gestão integrada para a proteção dos territórios,** 2019.



SEBRAE. COOPERATIVA. **SÉRIE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS**. 2014, p. 39.

UICN. **Diagnóstico Situacional de linha de base – atualizado**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020, p. 112.

UICN. **Plano Orientador do Monitoramento Florestal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020.

## **OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO**

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016.

Relatório do X Curso de Formação de AAFIs, 2004. Arquivo CPI-AC

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate, p. 79, 2016.

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil / Pereira, Luis Fernando. Rio de Janeiro: Museu do Índio: IEPÉ: FNMA: MMA, 2010. 1ª reimpressão, 2014

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)  
acessado em 12/11/2020

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016, p. 23

Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, volume 1, 2010, p. 168.

Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas. CPI-Acre, 2020.

Portaria da SEE/AC Nº 2322/97

Parecer (CEE) Nº 101/2009, de 27 de novembro de 2009 e Resolução 236/2009, de 21 de dezembro de 2009.



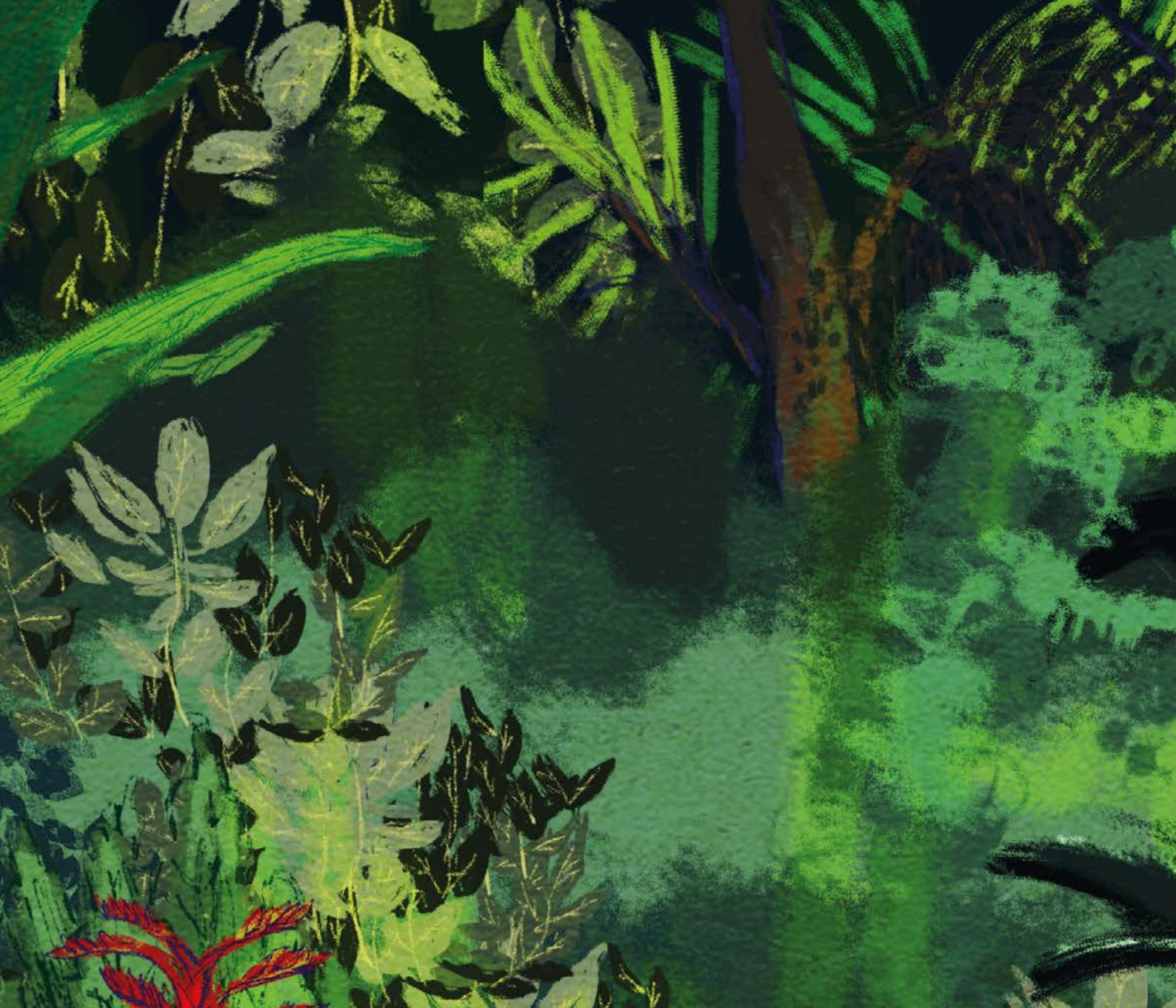


### Para saber mais



Há muitas informações complementares aos temas da cartilha que podemos ser acessados na Plataforma Amazônia 2.0. Além disso preparamos os conteúdos do curso na plataforma Google Sala de Aula.

Na sala de aula virtual vamos encontrar todos os conteúdos que apresentamos na cartilha e também materiais de apoio como apresentações, animações e vídeos que vão ajudar a entender melhor as temáticas de cada fascículo. Você pode consultar o **[link aqui:](https://amazoniadospuncocero.com)** **<https://amazoniadospuncocero.com>**



Escritório da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)  
CLN 210, Bloco C, Sala 205-208 - Asa Norte, Brasília. DF, Brasil. 70862-530  
+55 61 35472588 [www.iucn.org](http://www.iucn.org)

Financiado por



União Europeia



Parceiros

